



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
De 23 / 08 /2004

*[Assinatura]*

VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10830.006036/99-64

Recurso nº : 122.919

Acórdão nº : 201-77.359

**Recorrente : KARCHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

**Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP**

**IPI. ISENÇÃO DA LEI Nº 8.191/91.**

A isenção do IPI prevista na Lei nº 8.191/91, prorrogada pelas Leis nºs 8.643/93, 9.000/95 e 9.493/97, não está condicionada ao transporte da mercadoria em navio de bandeira brasileira, conforme entendimento consagrado pela jurisprudência da CSRF.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por KARCHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Fez sustentação oral o advogado da recorrente, Dr. Arthur Pinto de Lemos Netto.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 2003.

*Josefa Maria Coelho Marques*:

Josefa Maria Coelho Marques

**Presidente**

Serafim Fernandes Corrêa

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Roberto Velloso (Suplente), Adriana Gomes Rêgo Galvão, Hélio José Bernz e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo nº : 10830.006036/99-64

Recurso nº : 122.919

Acórdão nº : 201-77.359

Recorrente : KARCHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

## RELATÓRIO

A contribuinte foi autuada, em relação ao IPI, por haver promovido a saída de produtos importados, sem lançamento do imposto, utilizando-se da isenção da Lei nº 8.191/91 sem que tenha realizado a importação através de navio de bandeira brasileira prevista no art. 2º do Decreto-Lei nº 666, de 02/07/69.

Em tempo hábil, apresentou impugnação alegando basicamente a ausência de vinculação entre a importação através de navios de bandeira brasileira e a isenção da Lei nº 8.191/91.

A DRJ em Ribeirão Preto - SP, pela sua 2ª Turma, manteve o lançamento por entender que se o transporte não for realizado por navio de bandeira nacional, incabível a isenção tanto na importação quanto nas saídas subsequentes para o mercado interno.

Reiterando as alegações anteriores, mediante arrolamento de bens, foi interposto recurso a este Conselho.

É o relatório.



Processo nº : 10830.006036/99-64  
Recurso nº : 122.919  
Acórdão nº : 201-77.359

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
SERAFIM FERNANDES CORRÊA**

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Inicialmente, convém esclarecer que no presente processo discute-se o IPI sobre mercadorias importadas nas saídas dentro do mercado interno.

Entendeu a decisão recorrida que, não tendo sido a importação realizada por intermédio de navio de bandeira brasileira, nos termos do Decreto-Lei nº 666/69, é incabível a isenção de que trata a Lei nº 8.191/91.

A recorrente sustenta a ausência de relação entre uma coisa e outra.

Tal questão foi controversa durante algum tempo entre as Câmaras do Terceiro Conselho de Contribuintes, no que diz respeito ao IPI vinculado à importação, como se vê dos Acórdãos a seguir transcritos:

**“Número do Recurso: 117422**

*Câmara: TERCEIRA CÂMARA*

**Número do Processo: 10980.003495/93-03**

**Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO**

**Matéria: OUTROS**

**Recorrida/Interessado: DRJ/CURITIBA/PR**

**Data da Sessão: 06/07/1995 00:00:00**

**Relator: SÉRGIO SILVEIRA MELO**

**Decisão: Acórdão 303-28266**

**Resultado: DPM - DADO PROVIMENTO POR MAIORIA**

**Texto da Decisão:**

*Ementa: A isenção, do IPI, com base na Lei nº. 8.191/91 e Decreto nº 151/91 não é condicionada ao transporte de mercadoria em navio de bandeira brasileira.*

*Recurso provido.”*

**“Número do Recurso: 117333**

*Câmara: TERCEIRA CÂMARA*

**Número do Processo: 10845.004368/93-78**

**Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO**

**Matéria: ISENÇÃO**

**Recorrida/Interessado: ALF/PORTO DE SANTOS/SP**

**Data da Sessão: 06/07/1995 00:00:00**

**Relator: SANDRA MARIA FARONI**

**Decisão: Acórdão 303-28269**

**Resultado: DPP - DADO PROVIMENTO PARCIAL**

**Texto da Decisão:**

*Ementa: Exigível o imposto de importação e multa por lançamento ex-officio se na data de ocorrência do fato gerador não vigorava a portaria que reduziu a zero a alíquota do II. A isenção do IPI*

*3*



Processo nº : 10830.006036/99-64  
Recurso nº : 122.919  
Acórdão nº : 201-77.359

*com base na Lei 8.191/91 e Dec. 151/91 não é condicionada ao transporte da mercadoria em navio de bandeira brasileira.  
Recurso provido em parte."*

"Número do Recurso: 117493

Câmara: SEGUNDA CÂMARA

Número do Processo: 10830.002120/93-31

Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO

Matéria: ISENÇÃO

Recorridera/Interessado: DRF/CAMPINAS/SP

Data da Sessão: 05/12/1995 01:00:00

Relator: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIREGATTO

Decisão: Acórdão 302-33202

Resultado: PPM - DADO PROVIMENTO PARCIAL POR MAIORIA

Texto da Decisão:

Ementa: - IPI - Vinculado

- Mercadoria importada com favor governamental, no caso de que se trata, a Isenção do IPI prevista na Lei 8.191/91, regulamentada pelo Decreto nr. 151/91, sujeita-se à obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira, estabelecida pelo Decreto-lei 666/69.

- Incabível a aplicação da penalidade capitulada no artigo 364, inciso I, do RIPI.

Recurso parcialmente provido."

"Número do Recurso: 119731

Câmara: TERCEIRA CÂMARA

Número do Processo: 10480.008150/97-84

Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO

Matéria: II/IPI

Recorridera/Interessado: DRJ-RECIFE/PE

Data da Sessão: 21/10/1999 12:00:00

Relator: JOÃO HOLANDA COSTA

Decisão: Acórdão 303-29193

Resultado: NPM - NEGADO PROVIMENTO POR MAIORIA

Texto da Decisão: Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso, vencidos os conselheiros Nilton Luiz Bartoli e Irineu Bianchi.

Ementa: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.

Isenção do art. 1º da Lei nº 8.191/91 enquanto não vinculada à do imposto de importação tem, no entanto, o reconhecimento condicionado à comprovação do transporte da mercadoria em navio de bandeira brasileira, conforme está previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 666/69, salvo à apresentação de liberação de carga - 'Waiver' do órgão competente do Ministério dos Transportes.

Recurso voluntário não provido.



Processo nº : 10830.006036/99-64

Recurso nº : 122.919

Acórdão nº : 201-77.359

Até pelas divergências demonstradas, a matéria chegou à Câmara Superior de Recursos Fiscais que pacificou a jurisprudência, conforme Acórdãos nºs CSRF/03-02.666, de 25/08/98 e CSRF/03-03.028, de 12/04/99, cuja ementa deste último vai a seguir transcrita:

***"TRANSPORTE EM NAVIO DE BANDEIRA BRASILEIRA – A isenção do I.P.I. com base na Lei nº 8.191/91 e Decreto 151/91 não está condicionada ao transporte de mercadoria em navio de bandeira brasileira."***

No presente caso, em que se trata de IPI incidente nas operações subsequentes à importação, o entendimento é o mesmo, inclusive porque nessa fase a mercadoria já tinha sido nacionalizada no desembarque aduaneiro e como tal deve ser tratada.

Por oportuno, e com as homenagens de praxe, transcrevo a íntegra do voto do ilustre Conselheiro Nilton Luiz Bartoli no Acórdão nº CSRF/03-03.028, de 12/04/99:

***"VOTO***

***CONSELHEIRO NILTON LUIZ BARTOLI - RELATOR***

*Esta E. Câmara Superior já se manifestou sobre a matéria aqui tratada. Dessa forma por ter o mesmo entendimento que o ilustre conselheiro Moacyr Eloy de Medeiros, adoto na íntegra seu voto prolatado no Acórdão CSRF/03-02.666 de 25 de agosto de 1998.*

*'A matéria deste auto, advém do pedido de repetição de indébito (restituição) formulado pela recorrida, relativo ao recolhimento indevido do IPI, quando da importação de equipamento isento, sob a égide da Lei nº 8.191/91, alterada pela Lei nº 8.643/93 e Decreto nº 151/91.*

*A exigência do tributo, pelo órgão julgador, se baseou no Decreto 91.030/85, no Capítulo X que trata de "Proteção a Bandeira Brasileira" nos artigos 217, inciso III, § 2º, e 218, inciso III, que assim dispõe:*

*'Artigo 217 – Respeitando o princípio da reciprocidade de tratamento, é obrigatório o transporte:*

.....  
*III – em navio de bandeira brasileira, de qualquer outra mercadoria a ser beneficiada com isenção ou redução do imposto (Decreto-lei nº 666/69, art. 2º)*

*"Art. 218 – O descumprimento do disposto no artigo anterior:*

.....  
*II – quanto ao inciso III, importará na perda do benefício de isenção de tributos.'*

*Ora, dispõe o Decreto-lei nº 666/69:*

*'Art. 2º - Será feito, obrigatoriamente, em navio de bandeira brasileira, respeitando o princípio da reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas com quaisquer favores governamentais'.*

*'Art. 6º - Entendem-se por favores governamentais os benefícios de ordem fiscal ou cambial concedidos pelo Governo Federal'.*

*Aliás, como muito bem lembrou o ilustre Conselheiro relator Sérgio Silveira Melo, a lei fala em mercadorias importadas com favores governamentais, devendo-se entender, assim, que os favores (no caso, benefícios fiscais) estejam relacionados à importação.*

*WAL*

*M*  
5



Processo nº : 10830.006036/99-64  
Recurso nº : 122.919  
Acórdão nº : 201-77.359

*Ademais, o art. I, da Parte I, do Acordo do Gatt, estabelece o princípio de que as normas tributárias não podem criar desigualdades de ocorrência com o produto importado, bem como em contrapartida, não podem prejudicar as condições de concorrência ao produto nacional.*

*Entendo, ainda, que como o fato gerador do IPI vinculado ao I.I. ocorre somente por ocasião do desembarço aduaneiro, neste instante o produto estrangeiro estará ingressando na massa de riqueza do País, porque já nacionalizado e despachado para consumo. Em tais circunstâncias não se lhe pode negar isenção concedida por lei emanada do Congresso Nacional e apenas sancionada pelo Poder Executivo, eis que, na realidade, não estamos diante de 'benefício de ordem fiscal concedido pelo Poder Executivo' e, sim, diante de isenção concedida pelo governo federal.*

*Ora, a isenção de IPI de que se trata é genérica, beneficia qualquer empresa, e se dirige às máquinas e equipamentos relacionados no Decreto n.º 151/91, quer sejam nacionais ou importados.*

*Dessa forma, entendo, assim, que o gozo de isenção pelo importador não se subordina ao transporte obrigatório em navio de bandeira brasileira.'*

*Parece pois, que a norma legal contida na Lei 8.191/91, concede isenção do I.P.I. condicionada a outros requisitos de caráter geral, enquanto a exigência do Decreto-lei 666/69 está dirigida e limitada apenas ao Imposto de Importação.*

*Labora, ainda, em abono desse raciocínio, o fato de que o Decreto-lei 666 foi editado em 1969, e a lei que concede isenção do I.P.I., em exame, é de 1991, reiterada pela n.º 8.643/93 e sucessivas prorrogações através de inúmeras medidas provisórias, que culminaram com a publicação da Lei n.º 9000/95, relevando anotar, que em nenhum desses textos posteriores, freqüentemente reeditados, há qualquer alusão a exigência de transporte em navio de bandeira brasileira de mercadoria importada, para gozo da isenção do I.P.I., embora pudesse faze-lo, se esse fosse seu objetivo.*

*Em face do exposto, conheço do recurso de divergência para no mérito dar-lhe provimento.*

*Sala das Sessões, Brasília, 12 de abril de 1999*

*NILTON LUIZ BARTOLI".*

*Isto posto, dou provimento ao recurso.*

*É o meu voto.*

*Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 2003.*

*SERAFIM FERNANDES CORRÊA*